

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO PROGRAMA RE-APRENDER NO CONJUNTO PENAL DE JEQUIÉ - BAHIA

*Fábio Mansano de Mello¹
Josinéia dos Santos Moreira²*

Resumo: O presente trabalho diz respeito à experiência dos alfabetizadores do Programa Re-aprender, no Conjunto Penal de Jequié. Aborda-se, num primeiro momento, a dimensão e as características do programa, para análise de seus desdobramentos nesse local específico que é o sistema prisional. A educação nos presídios tem peculiaridades destacadas neste texto, que vão desde o espaço escolar, ao material pedagógico utilizado e às ações pedagógicas dos alfabetizadores. O diferencial da experiência de alfabetização no presídio, através do Programa Re-aprender, se refere à formação inicial e continuada dos educadores, ao planejamento e acompanhamento de suas práticas e aos desdobramentos em pesquisa específica sobre educação e trabalho no sistema prisional.

Palavras-chave: Alfabetização de Jovens e adultos. Sistema prisional. Socialização.

¹ Professor de Sociologia da Uesb/Jequié. Mestre em Ciências Sociais. Coordenador do Projeto de Pesquisa Educação e Trabalho no Sistema Prisional na mesma universidade. E-mail: fmmello@yahoo.com.br

² Professora da Rede Municipal de Jequié. Especialista em Educação Especial e Antropologia com Ênfase em Culturas Afro-brasileira. Gestora Local do Programa Re-Aprender/Brasil Alfabetizado. E-mail: neliauesb@yahoo.com.br.

1 Introdução

O Re-Aprender/Brasil Alfabetizado é um programa de alfabetização de pessoas jovens e adultas, financiado pelo Ministério da Educação (MEC/FNDE) em convênio com a Prefeitura Municipal de Jequié, através da Secretaria de Educação e Cultura (SMEC) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), esta representada pelo Departamento de Ciências Humanas e Letras (DCHL) e pelo Núcleo de Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Políticas Públicas (Nepeja). As atividades foram iniciadas no ano de 2004, quando do lançamento do Edital de financiamento do Brasil Alfabetizado. Na ocasião, foram cadastradas 1000 pessoas jovens e adultas, nas 40 turmas oferecidas nos diversos espaços educativos da sede e zona rural do município. A partir de 2005, optou-se por atingir um público mais específico, pessoas jovens e adultas que vinham sendo contempladas com outras políticas de direitos sociais desenvolvidas pelo governo federal, a exemplo dos familiares das crianças atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Assentados, população carcerária, pessoas jovens e adultas em recuperação do uso de drogas, comunidades eclesiais de base, trabalhadores de empresas privadas e a guarda municipal foram os novos espaços atendidos pelo Re-aprender.

A partir deste novo convênio, visando melhorar a condição didática dos alfabetizadores, realizou-se uma parceria com a Universidade do Sudoeste da Bahia (Uesb), Campus de Jequié, a fim de contar com a participação dos alunos dos cursos de licenciatura para serem os alfabetizadores bolsistas do Programa e dos professores das áreas de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências Sociais e Ciências da Natureza, para acompanharem o desenvolvimento da proposta através da formação inicial e continuada dos alfabetizadores.

Neste contexto do público mais específico de abrangência do Programa Re-Aprender estão os (as) alfabetizandos (as) do Conjunto Penal de Jequié, com o objetivo de proporcionar aos internos a oportunidade de inserção no processo da leitura e escrita por meio

das classes de alfabetização, já que grande parcela desses internos não dominava o código grafocêntrico.

2 A educação no sistema prisional

A discussão sobre a dinâmica e a importância da educação no sistema prisional brasileiro é alvo de inúmeros debates e polêmicas. Conforme aponta Torres (2009), tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei de Execução Penal, de 1984, garantem que os sentenciados tenham direitos sociais, dentre os quais a educação. No entanto, somente na última década assistimos ações conjuntas entre o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça, no sentido de viabilizar estratégias educativas no interior dos estabelecimentos correccionais. Tais medidas suscitam diversos questionamentos acerca da condição social do apenado, como bem descreve Belov (2000, p. 38):

Cabe a pergunta (que esqueceram de fazer): e o preso, provisório ou não, mesmo o já sentenciado e cumprindo pena, deixa de ser cidadão? Estaria ele (sem que ninguém percebesse) sendo punido duplamente, com a perda concomitante da liberdade e da cidadania? Seria, então, desprovida de qualquer sentido a perspectiva de, após o cumprimento da pena, reintegrá-lo à sociedade como um cidadão? E a própria transformação da pena, que não deixa de ser um exercício de cidadania, tirando ele do regime fechado para o regime semi-aberto e aberto, iniciando a convivência social e comunitária?

Apesar da controvérsia acerca da ressocialização³ do detento, que diz respeito à sua condição sócio-histórica-econômica, além do alto grau de subjetividade envolvido no processo, acreditamos que a educação escolar constitui um espaço privilegiado no interior dos presídios. Em pesquisa recente, Mello (2008) aponta a importância de um trabalho inter-disciplinar, envolvendo pedagogos, sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, dentre outros profissionais, no sentido

³ O processo de ressocialização também pode ser identificado como uma socialização secundária que, segundo Berger e Berger (1978, p. 213), “compreende todos os processos posteriores, por meio dos quais o indivíduo é introduzido num mundo social específico”.

de oportunizar ao adulto preso condições efetivas de reintegração social. Ressaltamos que a educação nos presídios é um instrumento de resgate da cidadania, uma oportunidade de alfabetização de pessoas jovens e adultas excluídas socialmente ou até mesmo uma instância que atenda aos anseios dos indivíduos que buscam novas informações: “A escola, portanto, além de ser uma ocupação, proporciona-lhes a possibilidade de se relacionarem com o mundo externo. Ali, eles têm contato com práticas e opiniões externas às do mundo prisional, que é carregado de símbolos relacionados ao mundo do crime”. (ONOFRE, 2007, p. 20). Além das dificuldades vivenciadas pelos analfabetos numa sociedade letrada, os sentenciados que não dominam os símbolos da lecto-escrita participam de outras relações sociais:

Ler e escrever na prisão é fundamental, pois não ter essas qualidades implica dependência do companheiro. É com esses conhecimentos que os detentos podem escrever e ler cartas, bilhetes e acompanhar o desenrolar de seus processos criminais, e isso significa ter mais liberdade, autonomia e privacidade, até porque quem não sabe pede, e quem pede, deve. (ONOFRE, 2007, p. 21).

Além dessa relação de poder estabelecida entre os indivíduos, a educação escolar estabelece outros vínculos importantes nos presídios. O significado de uma nova chance para tais alunos é um apelo importante para a frequência dos mesmos, mas não só isso, a presença nas aulas é um ponto positivo no sentido obter benefícios de progressão de regime. Um ponto muito discutido entre os educadores do sistema prisional é a questão dos conteúdos programáticos. Com a preocupação de não repetir o processo de exclusão escolar vivenciado pelos sentenciados, torna-se imperioso construir uma matriz curricular que não reproduza a concepção bancária de educação (FREIRE, 2006), mas que contemple as perspectivas dialógicas de construção do conhecimento a partir do cotidiano dos educandos⁴. Nesse sentido, a formação diferenciada do

⁴ Sobre a concepção bancária, diz-nos Paulo Freire: “O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca” (FREIRE, 1981, p. 67).

alfabetizador é imprescindível para a condução dos trabalhos pedagógicos que têm por escopo não só desvendar a realidade social fetichizada, mas também colaborar no processo de tomada de consciência crítica por parte dos educandos acerca dessa realidade. Conforme Freire (2006, p. 50):

No momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção muda, embora isto não signifique, ainda, a mudança da estrutura. Mas a mudança da percepção da realidade, que antes era vista como algo imutável, significa para os indivíduos vê-la como realmente é: uma realidade histórico-cultural, humana, criada pelos homens e que pode ser transformada por eles.

A escola no sistema prisional não pode ser encarada como mera formalidade legal, mas sim um espaço diferenciado de troca de saberes variados; experiências em várias unidades prisionais do país mostram-nos como atividades esportivas, teatro, música, *hip hop*, dentre outras, interagem visando à complementação do ensino bem como potencializando ações sócio-educativas. Para que tais ações ocorram, é fundamental a relação de trabalho dos agentes de segurança, uma vez que os mesmos viabilizam o trânsito dos sentenciados e o acesso aos pavilhões escolares e de trabalho. A falta de funcionários ou a má vontade dos mesmos repercutem nas atividades diárias das casas correccionais, como apontam Português (2001) e Góes (2004). Fortalecendo a perspectiva de que a disciplina é fundamental para a consolidação dos “corpos dóceis” (FOUCAULT, 1987), a rotina do presídio estabelece relações bem claras acerca das atribuições e do código de conduta de cada sujeito nessa instituição⁵. É inegável a violência simbólica constatada a partir da entrada do indivíduo na prisão, momento em que perde a identidade, a peculiaridade de seu nome e passa a ser tratado pelo número de sua matrícula no sistema. Esse indivíduo, agora totalmente despersonalizado (GOFFMAN, 1988), precisa construir mecanismos de defesa para se adaptar às novas circunstâncias onde o diálogo não

⁵“O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (FOUCAULT, 1987, p. 153).

é a prioridade no seu cotidiano. Face a esta realidade, a escola significa um contraponto, uma forma privilegiada de resgatar a singularidade do indivíduo bem como fortalecer os vínculos coletivos necessários à sociabilidade humana.

3 O Re-Aprender no Conjunto Penal de Jequié

A parceria iniciada no ano de 2005 entre o Programa Re-Aprender e o Conjunto Penal de Jequié vem apresentando contribuições significativas e positivas para os (as) alfabetizandos (as)/detentos (as) que, por meio desta inserção no processo educativo, estão buscando outras formas de socialização, tendo como objetivo uma melhoria na sua qualidade de vida no espaço físico da prisão e *a posteriori* uma colocação no mercado de trabalho após cumprir suas respectivas penas.

Apesar das diversas dificuldades encontradas para manter efetivamente funcionando uma classe dentro do conjunto penal, observa-se nos depoimentos dos internos a satisfação ou pelo menos o interesse da maioria deles, pois a sala de aula representa, além dos possíveis benefícios jurídicos para remição de pena⁶, um momento de “entretenimento pedagógico”.

As atividades do Programa Re-Aprender são acompanhadas de perto por toda equipe (coordenadora pedagógica, gestora local, coordenadores de turmas e professores formadores), por meio das formações inicial e continuada dos alfabetizadores (as), das visitas aos espaços educativos onde mantém o contato direto com os alfabetizandos (as), através da construção do planejamento pedagógico e por meio dos registros das atividades desenvolvidas pelos (as) alfabetizadores (as) (memorial).

A formação inicial dos (as) alfabetizadores (as) do Programa Re-Aprender é realizada pelos professores formadores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), *Campus* Jequié, de acordo com cada área do conhecimento. Nesta etapa da formação, os (as)

⁶ Silvestrini (2003) faz uma interessante análise acerca dos fundamentos jurídicos da remição de pena através da educação.

alfabetizadores (as) são divididos em duas turmas: zona urbana e zona rural, com o objetivo de promover discussões acerca das concepções de alfabetização, da leitura e escrita, das questões matemáticas, do processo de inclusão e das questões relacionadas ao meio ambiente e à sociedade, a fim de possibilitar, ao alfabetizador e ao coordenador de turmas, uma reflexão sobre a necessidade de construir uma prática alfabetizadora coerente com a realidade do (a) aluno (a) da educação de jovens, adultos e idosos.

Nesses dias vários temas são discutidos, tais como: a função social da leitura e da escrita; a construção da língua escrita; a história da EJA e sua legislação; as relações sociais na sociedade contemporânea; a concepção de cidadania; a abordagem metodológica da Matemática para a alfabetização de jovens e adultos; o planejamento e a avaliação escolar. Tais reflexões totalizam uma carga horária de 60 horas de formação inicial. Além da formação inicial, também acontece, mensalmente, as formações continuadas do Programa Re-Aprender com os professores formadores da Universidade de cada área. Nesses encontros são abordadas as principais dificuldades encontradas pelos alfabetizadores no fazer pedagógico, em seus respectivos espaços educativos. Os encontros têm a carga horária de 8 horas e são realizados na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

Além dessas ações mais gerenciadoras, há também as ações pedagógicas que vêm sendo desenvolvidas pela equipe, como a aplicação e análise dos testes cognitivos de entrada de leitura/escrita e Matemática que tem como objetivo fazer o diagnóstico dos alfabetizandos que adentraram as classes do Programa. Outra experiência exitosa nessa caminhada é a execução do “Projeto Cinema no Re-Aprender: uma experiência cultural na zona urbana e na zona rural jequieense”, que tem como objetivo proporcionar aos (às) alfabetizandos (as) os diferentes tipos de leituras por meio da arte cinematográfica. A proposta do Projeto Cinema no Re-Aprender é inserir, de maneira lúdica, através dos textos cinematográficos, possibilidades para leituras e produções textuais, uma vez que “a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de

técnicas para escrever e ler”, segundo concepção de Paulo Freire (1981, p.72), o qual entende que a escrita não deva ser restrita apenas a técnicas de codificação/decodificação do sistema e sim promover a reflexão e o uso da multiplicidade de funções da mesma, fazendo com que os alunos possam buscar um mundo mais equânime.

O cotidiano do espaço educativo (salas de aula) no Conjunto Penal é atípico em relação às demais instituições de ensino. O dia de aula está atrelado ao interesse dos educandos em participar do encontro e às condições de segurança estabelecidas pelos agentes penitenciários. Ao adentrar no espaço físico do Conjunto Penal, as alfabetizadoras se dirigem para a sala da coordenação pedagógica, onde se apresentam e ficam informadas da possibilidade ou não de exercerem suas práticas pedagógicas.

No dia considerado “normal”, os trabalhos são iniciados após a alfabetizadora chegar ao módulo e os alunos-detentos se dirigirem ao espaço da sala de aula, após o chamado e a revista feita pelos agentes. A sala de aula, no local em questão, abriga simultaneamente duas turmas no mesmo espaço, por questões de segurança e parceria entre as educadoras. A relação alfabetizadora-alfabetizados é pautada no respeito entre ambos. O momento da escola, para os detentos, significa também um “momento de liberdade”, em que este poderá expressar opiniões, discutir e dialogar sobre vários assuntos, sendo visto como um cidadão produtivo do conhecimento e não como uma tabula rasa.

As aulas transcorrem de acordo o planejamento prévio realizada pelas alfabetizadoras nos momentos da coordenação pedagógica com a equipe do Programa Re-Aprender. Os resultados e sucessos adquiridos, bem como as frustrações e dissabores, são registrados no memorial e apresentados nos encontros. Nesses registros, pode-se acompanhar o cotidiano desse processo, em que se apresenta não só o caminhar pedagógico, mas também as impressões pessoais acerca desse ambiente tão peculiar de ensino-aprendizagem. O ritmo do trabalho nas casas correccionais é outro; embora as alfabetizadoras participem do mesmo programa, portanto da mesma formação inicial, percebe-se que as

ações desenvolvidas são diferenciadas no intuito de contemplar as perspectivas do público-alvo. Além do projeto de cinema, contamos com uma atividade de educação ambiental, através da horta, e de oficinas com argila que atendem à população feminina do presídio. A soma de todas essas ações contempla a perspectiva do Programa Re-aprender, ou seja, contribuir não somente com a alfabetização desses sujeitos, mas sim oportunizar, aos mesmos, condições de refletirem sobre a realidade social.

THE LITERACY EXPERIENCE OF YOUNG AND ADULT PEOPLE FROM PROGRAMA RE-APRENDER IN THE CONJUNTO PENAL OF JEQUIÉ – BAHIA

Abstract: This paper describes the experience of educators from *Programa Re-aprender* (Re-learn Program) in the *Conjunto Penal* of Jequié, Bahia, Brazil. At first we have approached the dimensions and characteristics of the program, in order to analyze its consequences in such a peculiar environment: a prison. There are particularities in the education at prisons, which are highlighted along this paper, such as the school place, pedagogical tools and the educational attitudes of the educators. The difference of teaching, reading and writing in a prison through the *Programa Re-aprender* resides in the fact that its educators are pre-trained, and they are also submitted to continued education, besides the planning and monitoring of their practices, and the consequent development of specific researches on education and labor within the prison system.

Keywords: Literacy of youth and adults. Prison System. Socialization.

Referências

BELOV, Graça. **Diálogos com a cidadania**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. Socialização: como ser membro da sociedade. In: _____. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. São Paulo: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GÓES, Eda Maria. Transição política e cotidiano penitenciário. **Revista História**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, 2004.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

MELLO, Fábio Mansano de. Educação no sistema prisional: considerações sobre a ressocialização do adulto preso. **Revista Consciência**, São Paulo, v. 1, n. 12, p. 538/543, out., 2008.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado? In: _____. **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007

PORTUGUES, Manoel Rodrigues. Educação de adultos presos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 355-374, jul./dez. 2001.

SILVESTRINI, Wilson José. **Remição de parte da pena privativa de liberdade pela atividade educacional**: forma de emancipação social. Monografia (Especialização em Direito e Processo Penal). Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2003.

TORRES, Raquel. Saúde e educação para a população carcerária. **Revista Poli, Saúde, Trabalho**. Rio de Janeiro, Ano I, n. 05, Maio/Jun., 2009.

Artigo recebido em: 29/07/09

Aprovado para publicação em: 20/08/09